

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 14, número 1 (2023)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil

*Democracia y Representación Política de Mujeres en
Ciudades Medianas e Pequeñas en Brasil*

*Democracy and Female Political Representation in
Medium and Small-Sized Municipalities in Brazil*

Dawana Ferreira Cordova

Universidade Federal do Paraná – Brasil

dawana.f@gmail.com

Ivan Jairo Junckes

Universidade Federal do Paraná – Brasil

ivanjj@ufpr.br

Emerson Jucoski

Universidade Federal do Paraná – Brasil

jucoski@gmail.com

Rodrigo Rossi Horochovski

Universidade Federal do Paraná – Brasil

rodrigoh33@gmail.com

Neilor Fermino Camargo

Universidade Federal do Paraná – Brasil

camargon@gmail.com

Como citar este artigo:

FERREIRA CORDOVA, Dawana; JUNCKES, Ivan Jairo; JUCOSKI, Emerson; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 14, n. 1, p. 56-76, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil

Democracia y Representación Política de Mujeres en Ciudades Medianas e Pequeñas en Brasil

Democracy and Female Political Representation in Medium and Small-Sized Municipalities in Brazil

Resumo

Este artigo analisa a sub-representação das mulheres nas candidaturas ao cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016, em 5.108 municípios do Brasil com até 50.000 eleitores; e discute os seus impactos para a democracia no país. Os dados de 913.133 candidaturas, resultados eleitorais, prestação de contas e eleitorado, com origem no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram tratados no Laboratório de Análise de Redes (LAR/UFPR) para extração de relatórios de estatística descritiva, análise logística, testes de correlação e regressão linear. Os resultados demonstram que a inaptidão inicial das candidaturas femininas está associada a menor disponibilidade de recursos, à escolaridade reduzida e à escassa experiência eleitoral. Entre as candidaturas aptas, incumbência, ocupações especializadas e financiamento eleitoral são variáveis que influenciam o desempenho e o sucesso eleitoral. Os achados são consistentes e contribuem para os debates sobre a complexidade das determinantes eleitorais e sobre os desafios que as relações de gênero impõem para a democracia contemporânea.

Palabras-Clave: Mulheres; Política; Eleições municipais; Financiamento eleitoral; Democracia.

Resumen

Este artículo analiza la subrepresentación de las mujeres en las candidaturas para el Consejo Municipal en las elecciones de 2008, 2012 y 2016, en 5.108 municipios de Brasil con hasta 50.000 electores; y discute sus impactos para la democracia en Brasil. Los datos de 913.133 candidaturas, resultados electorales, rendición de cuentas y electorado, obtenidos en el Portal de Datos Abiertos del Tribunal Superior Electoral (TSE), fueron procesados en el Laboratorio de Análisis de Redes (LAR/UFPR) para la extracción de informes de estadísticas descriptivas, análisis logístico, pruebas de correlación y regresión lineal. Los resultados demuestran que la falta de aptitud inicial de las candidaturas femeninas está asociada con una menor disponibilidad de recursos, menor nivel educativo y escasa experiencia electoral. Entre las candidaturas aptas, la incumbencia, ocupaciones especializadas y financiamiento electoral son variables que influyen en el desempeño y éxito electoral. Los hallazgos son consistentes y contribuyen a los debates sobre la complejidad de los determinantes electorales y los desafíos que las relaciones de género imponen para el desarrollo y la democracia contemporánea.

Palavras-Chave: Mulheres; Política; Eleições municipais; Financiamento eleitoral; Democracia.

**Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski,
Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo**

57

Abstract

This article analyzes the underrepresentation of women running for the position of councilor in the 2008, 2012 and 2016 elections in 5,108 municipalities in Brazil with up to 50,000 voters and discusses its impacts on democracy in Brazil. The data from 913,133 candidacies, electoral results, accounting, and electorate, obtained from the Open Data Portal of the Superior Electoral Court (TSE), were processed at the Network Analysis Laboratory (LAR/UFPR) for the extraction of descriptive statistics reports, logistic analysis, correlation tests and linear regression. Our findings showed that the initial ineptitude of female candidacies is associated with less availability of resources, lower schooling levels, and scarce electoral experience. Among the eligible candidates, incumbency, specialized occupations and electoral funding are variables that influence performance and electoral success. The findings are consistent and contribute to debates on the complexity of electoral determinants and on the challenges that gender relations pose for contemporary democracy.

Keywords: Women; Politics; Municipal Elections; Electoral Funding; Democracy.

Introdução

As mulheres conquistaram reconhecimento como sujeito político de direitos se fazendo presente nas lutas sociais pelo direito ao voto, nas lutas por seu espaço no mercado de trabalho e nas lutas pela determinação de seus corpos, entre outros aspectos. Todavia, mundialmente é “tão recente a participação protagonista da mulher na política que realmente estamos ainda trilhando os primeiros passos para a naturalização desta presença” (Panke, 2016, p. 45).

O processo de conquista de direitos políticos das mulheres brasileiras é um tema relevante e imprescindível, pois, ainda que o direito ao voto tenha sido conferido às mulheres em 1932, a igualdade política formal entre os gêneros só foi reconhecida no Código Eleitoral de 1965 (Lei n. 4.737), restando muito a ser conquistado no sentido da igualdade de fato, desde então (Limongi, 2019).

Em 2022, as mulheres participavam sendo 53% do eleitorado brasileiro. Em números absolutos, elas somam 8,3 milhões a mais que os eleitores homens¹. Mesmo sendo maioria, as mulheres continuam vivenciando uma sub-representação nos espaços políticos. No mesmo ano, o Brasil ocupava a 144^a posição no mapa de 178 posições da União Interparlamentar² e ONU Mulheres (UN Women, 2022), com apenas 77 dentre 513 parlamentares, ou 14,8% das representantes na Câmara dos Deputados (CD). A participação do ranking da IPU deve lograr alguma melhora em 2023, pois, nesse ano, tomaram posse 91 parlamentares mulheres eleitas em 2022, ou seja, 17,7% da CD.

O desempenho e o sucesso eleitoral das mulheres na política eleitoral brasileira resultam, dentre outros fatores, do menor investimento de recursos financeiros nas suas candidaturas, quando comparadas sistematicamente homens candidatos (Junckes *et al.*, 2019). Bueno *et al.* (2020) testa uma série de variáveis e acrescenta que, além da receita, fatores sociais e políticos influenciam o fenômeno da sub-representação das mulheres em 441 municípios de grande porte no Brasil.

1 Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

2 Disponível em: <<https://www.ipu.org/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.



Visando o incremento de conhecimento dos fatores limitantes da representação feminina, assumimos a seguinte questão central a ser respondida neste artigo: quais os fatores que influenciam a sub-representação das mulheres candidatas ao cargo de vereador, em 5.108 municípios de pequeno e médio porte, nas eleições de 2008, 2012 e 2016 no Brasil?

Para orientar os trabalhos e responder à questão de pesquisa, assumimos a hipótese de que fatores como sexo, grau de instrução, carreira política, incumbência e, especialmente, o financiamento eleitoral, exercem distintos graus de influência sobre o desempenho e o sucesso das mulheres candidatas.

Os dados utilizados para o trabalho têm origem no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³ e foram tratados no Laboratório de Análise de Redes (LAR/UFPR)⁴, a fim de constituir um banco de dados eleitoral que torna relacionais as planilhas de resultados, candidatos, eleitorado e prestação de contas referentes às eleições de 2008, 2012 e 2016. Aos dados de 913.133 candidaturas foram aplicados recursos de estatística descritiva, análise logística e testes de correlação e regressão linear simples e multivariada. Os resultados apresentam uma cobertura temporal e espacial inédita e contribuem para suprir lacunas de investigação sobre as condições de competitividade das candidaturas femininas no Brasil.

O artigo está dividido em três outros tópicos, além desta introdução. A seguir, realizamos uma discussão sobre as limitações à representação política feminina e seus desafios para a democracia. No tópico seguinte, especificamos o material e procedimentos adotados na pesquisa. Por fim, apresentamos os resultados e realizamos a sua análise, seguindo das conclusões.

A representação política feminina e o desenvolvimento da democracia

Na impossibilidade de todos os cidadãos e cidadãs reunirem-se em um espaço para discussão de seus interesses e, conseqüentemente, para o processamento decisório de políticas públicas correspondentes, o governo torna-se o dispositivo fundamental para a democracia representativa, pois é uma arena de encontro de interesses com potencial para minimizar conflitos em direção ao bem público de toda uma sociedade.

Manin, Przeworski e Stokes (2006) apontam a necessidade de transformação e aprimoramento permanente das instituições representativas para alcançarmos uma democracia mais efetiva, capaz de produzir políticas públicas eficazes para a população. Compreendem que as eleições são mecanismos de *accountability* vertical, ou seja, são um recurso para o povo exercer pressão sobre o governo, para o mesmo fazer cumprir políticas públicas e realizar a prestação de contas de seus atos, entre outros fatores estruturais e normativos.

As instituições democráticas são espaços do exercício de poder mediado por regras, em sociedades caracterizadas pela desigualdade de recursos e acesso de seus membros aos espaços decisórios. Ante o descrédito das instituições democráticas, parte da população fica exposta à força das regras não mediadas, ou seja, impostas por agentes que detêm recursos para impor seus interesses.

3 Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

4 Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo financiamento de pesquisa 6702/2021.

Em 2021, a América Latina registrou o menor índice de democracia entre as regiões mundiais desde o início do índice em 2006 (*Democracy Index*⁵). O negacionismo institucionalizado durante a pandemia de Covid-19, os ataques contra membros do Supremo Tribunal Federal e os questionamentos sobre a integridade do sistema de votação eletrônica do país, mesmo não havendo evidências de fraude eleitoral, geraram desconfiança da população em relação às instituições democráticas (UNIT, 2021).

Com a democracia frágil, o poder é exercido por reduzidos grupos específicos que reforçam os seus acúmulos e posições, resultando na exclusão ou afastamento de discussões de temas que possam a vir prejudicá-los, influenciando a seleção do que será ou não abordado, quando isso se dará e como será seu encaminhamento (Bachrach; Baratz, 2011), como, por exemplo, as questões de gênero e a participação política das mulheres.

O relatório da União Interparlamentar e ONU Mulheres (*UN Women 2022*⁶) evidencia que a participação de mulheres nos espaços públicos de decisão é relativamente baixa mundialmente. Arvate *et al.* (2021) indicam que uma forma de aumentar seu desempenho é o empoderamento através das meninas adolescentes. Os autores afirmam que as adolescentes participam mais ativamente da política quando mulheres são eleitas, gerando assim um modelo de sucesso. Sendo o oposto também verdadeiro, pois a derrota de uma mulher também leva a que outras mulheres e adolescentes sejam desencorajadas de participar do pleito eleitoral. Para o empoderamento das mulheres e adolescentes, fatores como a educação formal na escola, a educação informal da internet e a troca de experiências vivenciadas nas residências são primordiais para o modelo e desempenho.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷ a ser alcançado até o ano de 2030. A presente investigação sobre os fatores da sub-representação das mulheres na política contribui especialmente para discutir a meta 5.5, que é garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Para tal meta ser alcançada existem dois indicadores: (1) Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais; e (2) Proporção de mulheres em posições gerenciais⁸ (IBGE; SEAS, 2020).

5 Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

6 Disponível em: <<https://www.ipu.org/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

7 Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 30 jul. 2023. São Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1. Erradicação da pobreza. 2. Fome zero e agricultura sustentável. 3. Saúde e Bem-Estar. 4. Educação de qualidade. 5. Igualdade de gênero. 6. Água Potável e Saneamento. 7. Energia acessível e limpa. 8. Trabalho decente e crescimento econômico. 9. Indústria, inovação e infraestrutura. 10. Redução das desigualdades. 11. Cidades e comunidades sustentáveis. 12. Consumo e produção responsáveis. 13. Ação contra a Mudança Global do Clima. 14. Vida na Água. 15. Vida Terrestre. 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17. Parcerias e Meios de Implementação.

8 Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador551>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

Discutir a participação política de mulheres é um fator importante para a democracia e, consecutivamente, para alcançar um desenvolvimento sustentável que proporcione uma liberdade ampla. A não participação na vida política e o não empoderamento são contraditórios ao desenvolvimento humano. Sen (2010) e Sachs (2008) destacam que o desenvolvimento não deve ser aferido com uma visão reducionista unicamente do crescimento econômico, mas também de fatores de qualidade de vida de uma população, englobando questões políticas, ambientais, sociais e culturais. Esse conjunto resulta na expansão de liberdades diretamente correlacionável a participação política e coletiva.

A mulher tem um papel de agente ativa nas liberdades, sendo indispensável seu reconhecimento na atuação política. Sen (2010) considera que mulheres com acesso à educação cessam padrões de dependência financeira e estimulam outras liberdades, como direito de propriedade, baixa mortalidade infantil e redução de índices de fertilidade. Estudo realizado por Baptista Chimin Junior (2017) traz evidências da importância e dos impactos das políticas públicas promotoras da participação político-eleitoral das mulheres nos Territórios da Cidadania no Brasil.

A sub-representação feminina no legislativo impacta diretamente na elaboração e efetivação de políticas públicas para as mulheres, pois, de acordo com Castro (2022, p. 181), “mais mulheres no parlamento, compreende mais propostas voltadas para elas”. A autora entende que quanto mais mulheres no legislativo se tem, maior é a demanda de propostas que abrangem seu coletivo, de acordo com seu viés ideológico, como políticas de legalização do aborto, de fecundidade, de planejamento familiar, aumento da licença paternidade, além de pautas que não são exclusivas do universo feminino.

As desigualdades na política, assim como em muitas esferas da vida social, são resultantes de variáveis, como tempo a ser dedicado à militância e à institucionalidade partidária, recursos financeiros para desenvolvimento de atividades e, especialmente, para campanha da candidatura, além de uma rede de sociabilidade associada a ambas as variáveis: tempo e dinheiro (Miguel; Biroli, 2010). Recursos esses que, estruturalmente, são custosos para as mulheres alcançarem participação ativa na política, pois fracionam seu tempo livre com as responsabilidades domésticas, cuidado dos familiares e dependência financeira.

A Lei n. 9.504/97 estabeleceu uma cota mínima de 30% para candidaturas de cada sexo e o máximo de 70%, promovendo uma concorrência menos desigual. Contudo, de acordo com Silva e Cervi (2017), as investidas não são efetivadas de fato, pois os partidos cumprem a formalidade e registram as nominatas⁹ de candidaturas contendo 30% de mulheres, todavia, esse percentual se torna menor durante o processo de aptidão dos registros, ou seja, durante a verificação de requisitos legais das candidaturas que ocorre até a data das eleições. Em 2019, uma alteração na destinação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) obrigou que as candidatas mulheres

9 Lista de nomes dos membros dos partidos.



fossem também destinatárias de, pelo menos, 30% dos recursos do FEFC destinados aos partidos. Todavia, a implantação dessa nova regra carece de fiscalização da efetiva aplicação dos recursos em campanhas de mulheres.

O (sub)financiamento eleitoral das candidaturas, tanto privado empresarial quanto público governamental¹⁰, tem sido apontado em diversos estudos como um fator de exclusão da representatividade das mulheres no Brasil, pode-se verificar em: Sacchet e Speck (2010; 2012), Speck e Mancuso (2014), Junckes *et al.* (2015), Cervi *et al.* (2015), Mancuso *et al.* (2018), Bueno (2020), Deschamps (2021) e Martins (2021).

Além do financiamento, Mancuso e Speck (2015) apontam pesquisas que indicam também determinantes políticos, econômicos e sociais. Dentre os determinantes políticos mais mencionados na literatura para explicar o maior financiamento eleitoral estão: a) o partido político dos candidatos; b) a pertença do partido do candidato à base de apoio ao presidente no Congresso; c) o exercício de mandato; e d) a magnitude do distrito.

Os estudos sobre financiamento eleitoral estiveram concentrados nas eleições gerais e pouco exploravam a esfera municipal até a última década. Quando existentes, os estudos estão concentrados nas campanhas para o cargo de prefeito nas 26 capitais brasileiras. Em sua maioria, os estudos são descritivos e não avaliam o efeito causal do dinheiro sobre a disputa eleitoral e não fazem inferências estatísticas sobre o padrão de associação entre variáveis (Sampaio; Figueiredo Filho, 2019).

Estudos recentes têm alterado esse quadro, explorando a política eleitoral nas disputas aos cargos de vereador, ou seja, no nascedouro da representação política. Avaliando os impactos da proibição das doações empresariais para candidaturas, Deschamps (2021) realizou uma análise com 441 municípios brasileiros com mais de 50 mil eleitores, nos pleitos de 2008, 2012 e 2016, e confirmou sua hipótese, em conformidade com a literatura apresentada, de que os candidatos com maiores recursos financeiros possuem maiores chances de vencer as eleições. O autor demonstra que um vereador sem recursos financeiros tem suas chances de sucesso eleitoral próximas de zero.

Martins (2021) também realizou estudo com os pleitos de 2008, 2012 e 2016, todavia o fez com 5.108 municípios brasileiros com menos de 50 mil eleitores. De forma de complementar à pesquisa de Deschamps (2021), Martins (2021) evidenciou que quanto maior eleitoralmente são os municípios, maior é a influência do dinheiro sobre a votação; e que o sucesso eleitoral é igualmente mais dependente dos recursos financeiros em municípios de maior porte. O autor afirma que, embora o dinheiro seja um fator determinante para o sucesso eleitoral de candidatos ao cargo de vereador nos municípios com menos de 50 mil habitantes, existem também “outros fatores e variáveis [...] que influenciam o resultado das eleições para o cargo de vereador” (Martins, 2021, p. 64).

A pesquisa de Bueno (2020), realizada com dados de 441 municípios brasileiros com mais de 50 mil eleitores, apontou que ser mulher diminui em 40% a chance de eleição. A autora demonstra que houve um aumento

10 A Lei n. 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral) proibiu a doação de pessoas jurídicas empresariais para as candidaturas e partidos, a partir das eleições de 2016.

significativo no número de mulheres candidatas às eleições de 2016, sendo quase o dobro da eleição anterior, ano que coincide com a proibição do financiamento empresarial e com a maior regulamentação das cotas, porém, tal situação não correspondeu a uma maior presença de mulheres entre os eleitos. Para a autora, outros fatores são decisivos, como carreira política e incumbência, e que candidatos com essas “características tendem a possuir maiores receitas, com ou sem proibição do financiamento empresarial” (Bueno, 2020, p. 71).

Os trabalhos de Bueno (2020), Deschamps (2021), Martins (2021) e a revisão sistemática da literatura (RSL) elaborada por Sampaio e Figueiredo Filho (2019) orientaram o recorte geográfico no nível municipal e o foco nas relações de gênero na presente investigação que relatamos a seguir.

Materiais e métodos

A coleta de dados foi realizada nos conjuntos de dados de resultados, candidatos, eleitorado e prestação de contas, referentes às eleições de 2008, 2012 e 2016, disponíveis no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹¹. No Laboratório de Análise de Redes (LAR) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), os dados foram depurados e organizados em tabelas para responder ao problema de pesquisa.

Para viabilizar a conciliação do número de municípios das tabelas das eleições de 2008 e 2012 com a tabela de 2016, optamos pela exclusão dos municípios criados a partir de 2013: Balneário Rincão (SC), Mojuí dos Campos (PA), Paraíso das Águas (MS), Pescaria Brava (SC) e Pinto Bandeira (RS). Devido às inconsistências verificadas no banco de dados do TSE foram também excluídos os municípios de Novo Airão (AM), Cururupu (MA), Rosário (MA), Sambaíba (MA), Santa Helena (MA), Santa Luzia do Paruá (MA), São Luís do Quitunde (AL), Itabuna (BA), Lauro de Freitas (BA), Rancho Alegre (PR), Ibirubá (RS), Guapó (GO), Pires do Rio (GO) e Campinápolis (MT).

O número total de municípios no banco de dados é de 5.549 municípios. Dentre esses, foram selecionados os 5.108 municípios de pequeno, pequeno-médio e médio porte, assim considerados aqueles com até 50.000 eleitores¹² conforme classificação proposta por Speck e Mancuso (2014). O quantitativo de candidaturas abrangidas pelo estudo pode ser observado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Quantitativo de candidaturas a vereador nos municípios selecionados distribuídas por sexo

	Sexo	N	%
2008	Feminino	56.592	21,3
	Masculino	207.978	78,7
	Total	264.570	100

11 Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

12 Relacionados em: <<https://github.com/DawanaCordova/5.108-munic-pios-brasileiros-e-sua-quantidade-de-eleitores/blob/main/TAB.%20cidades.docx>>.

2012	Feminino	106.882	37,4
	Masculino	215.132	62,6
	Total	322.014	100
2016	Feminino	109.523	38,5
	Masculino	217.026	61,5
	Total	326.549	100

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

As variáveis escolaridade, estado civil e ocupação foram agregadas, respectivamente, em fundamental, médio e superior; casado e não casado; e não especializado, especializado fundamental, especializado médio e especializado superior, de acordo com tabela de classificação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho (Bueno, 2020).

Tal qual operacionalizado por Deschamps (2021), além das variáveis que utilizaram dados absolutos, tais quais receitas e votação, foram também gerados dois índices, um referente à participação do candidato no total de votos do município (PCVM); e outro referente à participação do candidato no total de receitas do município (PCRM). O PCVM foi obtido dividindo-se o total de votos do candidato pelo total de votos no município, e o PCRM foi obtido dividindo-se o total de receitas do candidato pelo total de receitas no município.

Para o gerenciamento dos bancos de dados foi utilizado o *software SQLite*¹³, além de um editor de planilhas. Para a manipulação das tabelas e obtenção de relatórios de estatística descritiva, análise logística e testes de correlação e regressão linear simples e multivariada foi utilizado o pacote computacional para estatística R¹⁴. A seguir, são apresentados e discutidos os resultados da investigação, em três tópicos.

As inaptas: convidadas, porém, barradas no baile

A “porta de entrada” da corrida eleitoral explica parcial e preliminarmente a sub-representação das mulheres na política. As barradas no baile são aquelas candidatas que foram recrutadas pelas lideranças partidárias, tiveram suas candidaturas aprovadas na convenção do partido e foram registradas e deferidas pela justiça eleitoral. Todavia, após o deferimento e até as eleições, a Justiça Eleitoral solicita informações ou documentos complementares e procede com o exame de pendências eleitorais das candidatas. As candidaturas que apresentam irregularidades não sanadas, em geral, por erros formais, são então declaradas “não aptas” e conseqüentemente excluídas da lista de votação à disposição dos eleitores.

Junckes *et al.* (2015) e Silva *et al.* (2017) investigaram o fenômeno nas eleições gerais de 2010 e 2014 e apontam uma inaptidão maior de mulheres nessa fase do processo eleitoral. Bueno (2020) o fez para o cargo de vereador

13 Disponível em: <<https://www.sqlite.org/index.html>>. Acesso em: 30 jul. 2023..

14 Disponível em: <<https://www.r-project.org/>>. Acesso em: 30 jul. 2023. Todos os testes realizados estão disponíveis no Github: <<https://github.com/DawanaCordova/Script-da-Disserta-o>>.

nas eleições de 2008, 2012 e 2016, em municípios de grande porte e conclui no mesmo sentido. A situação das candidaturas a vereador nos municípios de pequeno e médio porte nas eleições de 2008, 2012 e 2016 pode ser observada na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Quantitativo de candidaturas a vereador nos municípios selecionados distribuídas por situação

Situação das candidaturas						
		Total de Registros	Apta		Inapta	
	Sexo	N	N	%	N	%
2008	Feminino	56.592	52.459	92,7	4.133	7,3
	Masculino	207.978	192.648	92,6	15.330	7,4
2012	Feminino	106.882	97.017	90,7	9.865	9,3
	Masculino	215.132	201.692	93,7	13.440	6,3
2016	Feminino	109.523	102.165	93,3	7.358	6,7
	Masculino	217.026	207.680	95,7	9.346	4,3

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

Realizamos o teste qui-quadrado de Pearson para verificar relevância estatística entre o sexo e a candidatura ser apta ou não. Os resultados são conclusivos sobre uma proporção maior de mulheres entre as candidaturas inaptas nos pleitos de 2012 e 2016. Ou seja, mesmo sendo minoria entre as candidaturas, menos mulheres continuam na disputa após o primeiro lance do jogo eleitoral.

Testamos em seguida se o grau de instrução é uma variável que difere a condição apta e inapta de candidaturas de mulheres e o resultado aponta haver uma associação entre as variáveis mais expressivas do que encontraríamos em uma distribuição aleatória. Nos três pleitos, a participação com ensino fundamental é maior entre as candidaturas inaptas, enquanto o inverso ocorre quando o grau de instrução é superior.

Assumimos a ocupação como uma potencial análise do patrimônio e renda e realizamos o teste qui-quadrado, que revelou significância nas variáveis de aptidão e inaptidão nos três pleitos. Verificamos uma menor participação de ocupações especializadas entre as candidaturas inaptas e uma maior participação de especializadas entre as candidaturas aptas, ou seja, quanto menor especialização da ocupação, maior é a sua participação entre inaptas. Dentre as mais de 200 ocupações autodeclaradas pelos candidatos e candidatas, a partir de um rol taxativo do TSE, destaca-se a maior participação da categoria “dona de casa”¹⁵ entre as candidaturas tornadas inaptas nos três pleitos.

Tal qual sugerido por Carlomagno (2015), investigamos também a influência da variável desafiante e incumbente, ou seja, as candidatas que

15 O termo “dona de casa” é um estereótipo da sociedade em relação às mulheres que realizam serviços domésticos e de cuidado dos filhos sem remuneração e, grosso modo, supõe falta de escolaridade (Prandi, 2016), todavia, esse é o termo utilizado na classificação do TSE.



buscavam concorrer às eleições pela primeira vez e aquelas candidatas à reeleição ao mesmo cargo. Verificamos que nos três pleitos existe uma maior participação de desafiantes tornadas inaptas, enquanto o inverso ocorre com as incumbentes. O mesmo resultado é alcançado quando testadas as variáveis política de carreira, com maior participação de não políticas de carreira entre as candidaturas inaptas. Por fim, testamos a relação entre receitas e aptidão/inaptidão e verificamos que a maior receita está associada a maior aptidão das candidaturas, sendo verdadeiro o seu contrário.

Em síntese, os dados demonstram que (1) existe uma proporção maior de mulheres do que de homens entre as candidaturas inaptas nos três pleitos; e que (2) entre as inaptas, a escolaridade é menor; (3) as ocupações declaradas exigem pouca ou nenhuma especialização; (4) a ocupação de dona de casa entre as candidaturas inaptas tem destaque nos três pleitos; (5) elas apresentam receitas muito inferiores; e (6) são mulheres pouco ou nada experientes na política quando considerado que são desafiantes sem carreira política.

Esses resultados corroboram direta ou indiretamente com os estudos e discussões sobre as determinantes da inaptidão de candidaturas de mulheres que podem ser encontradas em Bohn (2009); Sacchet, Speck e Cervi (2012); Carlomagno (2015); Junckes *et al.* (2015); Silva *et al.* (2017), Bueno (2020); e, Calheiros, Brasil e Ignácio (2020).

Os resultados desse conjunto de estudos sugere a necessidade de políticas de controle e coerção do (ab)“uso” por parte dos dirigentes partidários, ao arregimentar mulheres com o propósito de apenas preencher a cota obrigatória dos 30% na nominata de candidaturas. Sugerem também a necessidade de estímulo e capacitação de mulheres para a política eleitoral, além do necessário apoio jurídico e logístico para que suas candidaturas se tornem aptas e elas participem efetivamente do pleito.

Dinheiro e voto: duas variáveis muito bem relacionadas, especialmente entre os homens

A literatura apresenta diversos estudos afirmando a influência do dinheiro no desempenho dos candidatos em campanhas eleitorais. Autores como Sacchet e Speck (2010, 2012); Speck e Mancuso (2014); Junckes *et al.* (2015); Cervi *et al.* (2015); Silva *et al.* (2017); Bueno (2020); Deschamps (2021); e Martins (2021), citam em suas análises que o dinheiro faz diferença. A seguir, investigamos se essa influência do dinheiro sobre a votação das candidaturas aptas pode ser confirmada nos 5.108 municípios com menos de 50 mil eleitores nos três pleitos de 2008, 2012 e 2016. A Tabela 3 apresenta os quantitativos envolvidos na análise:

Tabela 3 – Candidaturas aptas e receitas de campanha para o cargo de vereador nos municípios selecionados

Ano eleitoral	N	Receitas (R\$) ¹⁶
2008	245.107	R\$ 621.197.511,00
2012	298.710	R\$ 949.875.406,00
2016	309.846	R\$ 701.087.919,00

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

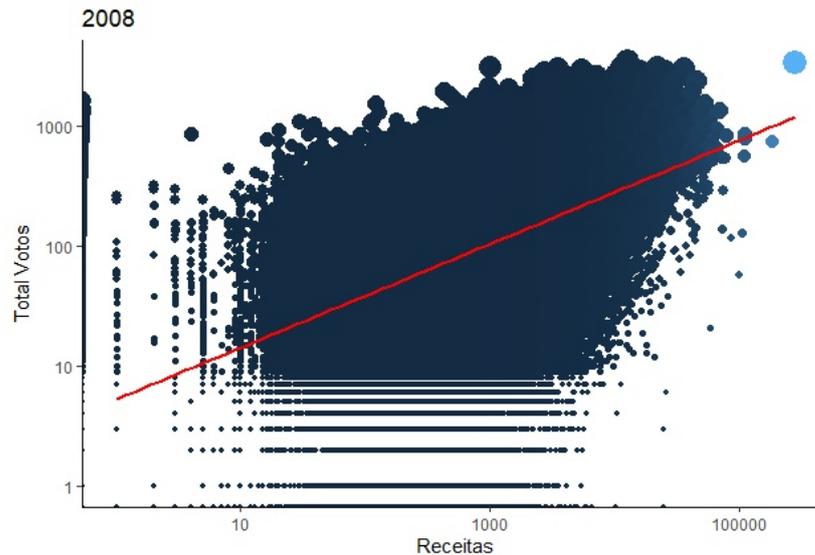
Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Jouscoski, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo



Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil

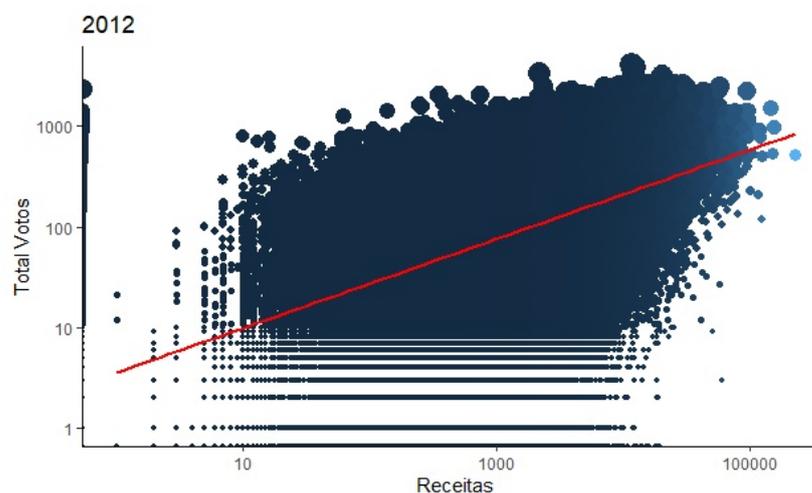
Assumindo a variável receita como preditiva, ou independente (VI), e a variável votos como de resposta, ou dependente (VD), elaboramos os diagramas de dispersão referentes aos pleitos pesquisados. Os resultados para as eleições de 2008, 2012 e 2016 podem ser observados, respectivamente, nos Gráficos 1, 2 e 3, a seguir:

Gráfico 1 – Diagrama de dispersão entre receitas (VI) e votos (VD) para o cargo de vereador nos municípios selecionados (a)



Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

Gráfico 2 – Diagrama de dispersão entre receitas (VI) e votos (VD) para o cargo de vereador nos municípios selecionados (b)



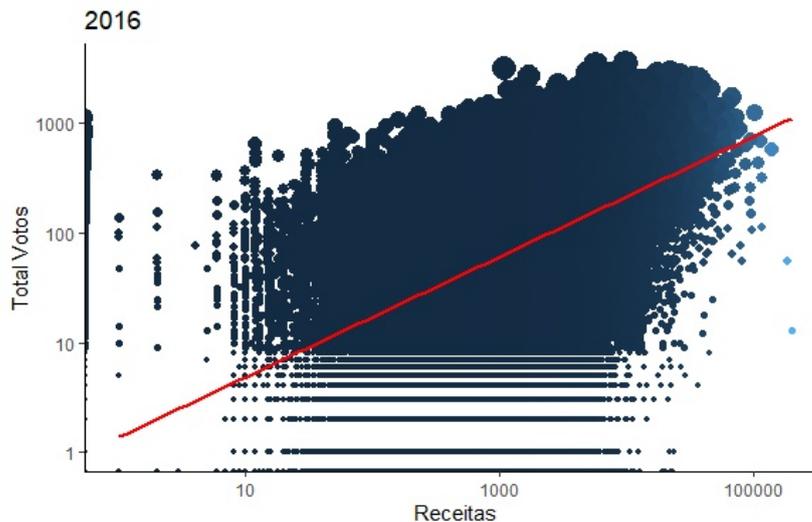
Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

16 Os valores de receitas financeiras apresentados referem-se a valores de 2016. Ou seja, como foram analisadas as eleições de 2008, 2012 e 2016, os valores de receitas de campanha das duas primeiras eleições foram atualizados para 2016. Para isso, como índice de atualização monetária, foi aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para 2008, um índice de 65,35%, acumulado de novembro/2008 a outubro/2016. Para 2012, um índice de 33,77%, acumulado de novembro/2012 a outubro/2016. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

**Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski,
Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo**

Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil

Gráfico 3 – Diagrama de dispersão entre receitas (VI) e votos (VD) para o cargo de vereador nos municípios selecionados (c)



Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

Os valores absolutos e relativos foram utilizados e, nos testes de correlação de Pearson (r), os resultados apontam para uma moderada a forte correlação entre dinheiro e voto, com coeficientes de correlação (r) variando entre 0,59 e 0,64; e coeficientes de determinação (R^2) variando entre 0,34 e 0,40, ambos com significância estatística (p -valor $< 0,001$).

Os dados absolutos foram submetidos à análise de regressão simples para elaboração de um modelo preditivo da influência do dinheiro sobre o voto. A Tabela 4, a seguir, apresenta os resultados cujo p -valor é $< 0,001$ para todos os anos testados.

Tabela 4 – Análise de regressão linear simples para a quantidade de votos x receita (valores absolutos)

	2008	2012	2016
<i>Predictors</i>	<i>Estimates</i>	<i>Estimates</i>	<i>Estimates</i>
(Intercept)	107,70	88,82	75,65
RECEITAS	0,03	0,02	0,03
<i>Observations</i>	245.107	298.710	309.846
R^2	0.221	0.239	0.240

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

O modelo preditivo exposto na Tabela 4 revela a relativa estabilidade tanto de intercepto, valor inicial, quanto do fator multiplicador na ordem de aproximadamente 0,03 voto para cada, por unidade de receita, ou 3 votos para cada 100 unidades de receita. O R^2 mostra a capacidade explicativa do modelo que, em 2008, foi de 22,1%; em 2012 de 23,9%; e, em 2016 de 24%. Assim, cerca de um quarto do fenômeno votação pode ser explicado pela receita. Para um fenômeno social multideterminado, tais valores representam um significativo achado do presente estudo.

O teste realizado com os valores relativos confirma a estabilidade entre os

Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo



ciclos eleitorais verificada no teste anterior e, da mesma forma, o modelo se mostra robusto em sua capacidade explicativa, pois o R^2 mostra uma capacidade de predição que, em 2008, foi de 35,3%; em 2012 de 35 %; e, em 2016 de 41,6%. Ou seja, em 2016, conseguimos explicar 41,6% de elevação dos votos através das receitas, o que, novamente, para um fenômeno social multideterminado, é bastante relevante.

Visto que dinheiro gera votos, testamos as diferenças entre as receitas declaradas por homens e mulheres candidatas. Os resultados foram consistentes no sentido de que as mulheres apresentam médias significativamente inferiores de receitas e, correspondentemente, de votos também. A distribuição de receitas e votos em quartis é elucidativa das diferenças estatisticamente significativas verificadas nas médias. A Tabela 5 apresenta os resultados.

Tabela 5 – Distribuição de receitas e votos nos quartis de candidaturas

Sexo	Quartil	Sexo	Receita Média (R\$)	Média de votos
2008	Quartil Inferior	Feminino	85,00	21
		Masculino	150,00	42
	Quartil Superior	Feminino	186.540,00	2.921
		Masculino	279.990,00	3.483
2012	Quartil Inferior	Feminino	198,00	2
		Masculino	265,00	42
	Quartil Superior	Feminino	151.800,00	3.152
		Masculino	224.738,00	4.051
2016	Quartil Inferior	Feminino	249,00	5
		Masculino	477,00	42
	Quartil Superior	Feminino	184.684,00	2.870
		Masculino	196.777,00	3.498

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

A Tabela 5 evidencia que o montante de receitas dos homens é superior ao das mulheres, sendo que a média de votos obtida pelos homens é bastante superior ao alcançado pelas mulheres. A princípio, poderíamos apontar, tal qual Bueno (2020, p. 54), “que mulheres recebem relativamente menos votos que os homens porque recebem menos receitas”, todavia, não podemos compreender que somente com mais receitas teríamos mais mulheres com votos. Buscamos então compreender outros fatores de influência para o sucesso eleitoral das mulheres candidatas.

Variáveis do desempenho e do sucesso eleitoral de homens e mulheres

É possível obter um modelo preditivo para a relação dinheiro e voto, todavia, no sistema eleitoral brasileiro, obter mais votos não necessariamente implica ser eleito ou eleita. Por isso, realizamos testes de comparação de médias de receitas entre eleitos e não eleitos nos três pleitos que revelam médias, variando positivamente até três vezes, e mediana até seis vezes, com

Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo

$p < 0,001$. Ou seja, os eleitos têm receitas bem maiores que os não eleitos. Sendo que a arrecadação das mulheres é menor que a dos homens, essa condição contribui significativamente para o (sub)desempenho eleitoral das candidatas.

Com menos recursos, mulheres amargam votação inferior e presença menor que homens entre os eleitos. Todavia, vários outros fatores, ou variáveis, podem contribuir para explicar o sucesso, ou insucesso, das candidaturas das mulheres. Em busca de um aprimoramento para o modelo explicativo testamos, além da receita, a influência das variáveis receita, sexo, escolaridade, estado civil, carreira política e incumbência. A Tabela 6, a seguir, apresenta os resultados da regressão linear para o desempenho eleitoral, com beta padronizado (*std. Beta*)¹⁷.

Tabela 6 – Regressão linear com variáveis predictoras do desempenho eleitoral entre os candidatos a vereadores nos municípios selecionados

V. dependente: Total de Votos	2008		2012		2016	
	Estimates	std. Beta	Estimates	std. Beta	Estimates	std. Beta
<i>Predictors</i>						
(Intercept)	14,820***	-0,372	-1,470	-0,420	-9,973***	-0,431
Receita	0,029***	0,408	0,018***	0,405	0,022***	0,387
Sexo [MASCULINO]	46,842***	0,234	68,418***	0,359	68,222***	0,356
Escol [ENS. MÉDIO]	27,298***	0,136	22,567***	0,118	18,938***	0,099
Ocup [SUPERIOR]	58,058***	0,290	50,979***	0,267	55,544***	0,290
incumb.xdesaf. [INCUMBENTE]	114,681***	0,573	117,519***	0,616	132,794***	0,694
PolCar [POLÍTICO DE CARREIRA]	26,904***	0,134	41,943***	0,220	41,107***	0,215
Observations	245.107		298.710		309.846	
R ²	0,289		0,331		0,349	

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

Verifica-se que todas as variáveis independentes possuem relação estatística com a variável dependente, total de votos ($p < 0,001$). Os resultados demonstram de maneira unânime para todos os anos, que homens com maiores receitas, escolaridade de nível médio, ocupação (especializado superior), que já são incumbentes politicamente e são políticos de carreira tendem a conseguir mais votos e, conseqüentemente, ser eleitos, se comparados a uma candidata.

Especialmente se essa mulher tiver baixa escolaridade, com pouca renda e não tiver carreira política. Essa afirmação é feita com base na estimativa do *intercept*, que apresentou o resultado de -0,372 (2008), -0,420 (2012) e -0,431 (2016), quando é 0 na escala de X para todas as variáveis independentes.

17 A padronização do beta é utilizada na regressão para obter a mesma unidade de medida da variável original. O *beta* padronizado indica o quão forte é a associação entre a variável predictor e a de resultado (Dancy; Reidy, 2006).

Hipoteticamente, esse perfil feminino teria um total de votos negativo.

Dentre as variáveis testadas, as que mais se mostraram relevantes foram: receita e ser incumbente na política, ou seja, dois preditores bem fortes. A capacidade explicativa dos modelos variou de 28,9% em 2008; para 33,1% em 2012; e 34,9% em 2016. Nota-se também que os valores padronizados de beta mudam pouco no decorrer dos anos para todas as variáveis testadas. A variável “receita” ganha da variável “sexo [masculino]” pelos valores de beta. A variável que apresenta crescimento constante em destaque, todos os anos, é ser incumbente na carreira política, com aumento de 0,12 entre o primeiro e último ano.

Como a variável receita apresentou uma das maiores estimativas no modelo anterior, a Tabela 7, a seguir, testa quais são as variáveis que mais interferem no aumento de receitas do candidato a vereador.

Tabela 7 – Regressão linear com variáveis predictoras de receita entre os candidatos a vereadores nos municípios selecionados

V. dependente: Receita	2008		2012		2016	
	Estimates	std. Beta	Estimates	std. Beta	Estimates	std. Beta
(Intercept)	327,661***	-0,299	250,719***	-0,363	656,473***	-0,358
Sexo [MASCULINO]	367,732***	0,129	1065,779***	0,246	738,309***	0,223
Escol [ENS. MÉDIO]	382,272***	0,134	520,269***	0,120	356,605***	0,108
Ocup [SUPERIOR]	1260,037***	0,442	1873,853***	0,433	1369,066***	0,414
incumb.xdesaf. [INCUMBENTE]	1285,389***	0,451	2036,767***	0,471	1903,938***	0,576
PolCar [POLÍTICO DE CARREIRA]	375,317***	0,132	1016,917***	0,235	764,406***	0,231
Observations	245.107		298.710		309.846	
R ²	0,061		0,078		0,094	

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

A Tabela 7 revela que as características que tendem a aumentar as receitas são: possuir carreira política, ser incumbente, ter uma profissão que exija ensino superior e ter uma escolaridade média. Na prática, pode-se inferir que são os indivíduos que já fazem parte do cenário político que permanecem concentrando mais dinheiro.

A capacidade de predição da receita foi de 6,1% em 2008; 7,8% em 2012; e 9,4% em 2016. Esse resultado desperta questionamentos na pesquisa de financiamento eleitoral nos municípios pequenos, onde a receita por si não pode ser explicada satisfatoriamente pelas variáveis que dispomos no modelo. Por certo, tal qual aponta Martins (2021, p.79), dependemos da aglutinação de diversos fatores, como as “sociabilidades em cada município, capital social, capital político, clientelismo, a influência do fator religioso, a influência dos meios de comunicação disponíveis em cada região, nepotismo, além de outros fatores que fogem do objetivo desta pesquisa”.

**Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski,
Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo**



Realizamos também uma análise logística para a variável dependente sucesso eleitoral nos três pleitos com as variáveis preditivas já citadas anteriormente, os resultados podem ser observados na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8 – Análise logística das variáveis preditoras do sucesso eleitoral entre os candidatos a vereadores nos municípios selecionados

V. dependente: Sucesso Eleitoral	2008		2012		2016	
	Odds Ratios	Exponenciados	Odds Ratios	Exponenciados	Odds Ratios	Exponenciados
<i>Predictors</i>						
(Intercept)	0,040***	%	0,023***	%	0,018***	%
Sexo [masculino]	1,857***	85,7	2,734***	174,0	2,740***	174,0
Escolaridade	1,074***	7,4	1,104***	11,4	1,114***	11,4
Estado Civil [casado]	1,225***	22,5	1,224***	23,9	1,239***	23,9
Político de carreira	1,056*	5,6	1,071**	0,4	1,004	0,4
Incumbente	6,226***	522,6	7,158***	657,0	7,570***	657,0
Receita	1,000***	0,02	1,000***	0,01	1,000***	0,02
Observations	245.107		298.710		309.846	
R ²	0,191		0,220		0,232	

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2023.

Conforme a Tabela 8, ser homem amplia as chances de eleição em quase três vezes, nos anos de 2012 e 2016. Os fatores que mais contribuem para o sucesso masculino são escolaridade nível médio, casado, político de carreira, incumbente e uma ligeira vantagem em relação à receita quando associada a esses fatores. O fator incumbente eleva muito a probabilidade em ser eleito, mostrando-se praticamente decisivo. Quando analisado o coeficiente de determinação de cada ano, o R², podemos indicar que para o modelo exposto a capacidade explicativa é de 19,1% em 2008; de 22% em 2012; e de 23,2% em 2016. Considerando que estamos investigando um fenômeno político determinado por milhares de variáveis, obter um modelo que explica entre um quinto e quase um quarto do fenômeno é um expressivo achado de pesquisa.

Conclusão

Movemos a investigação visando a identificar os fatores que influenciam a sub-representação das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 5.108 municípios de pequeno e médio porte nas eleições de 2008, 2012 e 2016, no Brasil. As análises evidenciam, preliminarmente, que as (poucas) mulheres candidatas têm uma participação relativa de até 55% maior entre as candidaturas tornadas inaptas, confirmando achados de outros estudos sobre financiamento eleitoral. Ou seja, embora as candidatas mulheres tenham sido recrutadas e registradas na justiça eleitoral, na primeira barreira que enfrentam,

Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Jouscoski, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo

a análise de conformidade da candidatura, elas são excluídas da corrida eleitoral em maior proporção que os homens. São mulheres cujas variáveis de maior influência para inaptidão são a menor escolaridade, ocupação não especializada, pouco experientes na política e com receitas muito inferiores aos demais candidatos.

Entre as candidaturas aptas, os resultados obtidos pelo estudo confirmam a íntima relação entre dinheiro e voto, apontada pela bibliografia. Obtivemos uma moderada a forte correlação entre receitas (VI) e votação (VD) nas três eleições, com coeficientes de determinação (R^2) variando entre 0,34 e 0,40. Em diversos testes, confirmamos nossa hipótese inicial de que fatores como incumbência, sexo, financiamento, ocupação especializada, estado civil, grau de instrução e carreira política exercem distintos graus de influência sobre o desempenho e o sucesso das mulheres candidatas.

Os modelos preditores indicam que, dentre outras, incumbência e ocupação especializada são variáveis decisivas para obtenção de receitas, e receita é uma variável decisiva para o desempenho eleitoral. Entre as variáveis de maior incidência sobre o sucesso eleitoral aparece novamente a incumbência, que aumenta em até seis vezes a chance de ser eleito ou eleita ao cargo de vereador.

Os resultados obtidos no presente estudo indicam que para a superação, ou redução, do quadro de sub-representação das mulheres na política brasileira se faz necessário um olhar preliminar para o recrutamento e o apoio na fase inicial das candidaturas de mulheres nos partidos, pois se torna evidente a insuficiência da política de cotas que obriga os dirigentes partidários a formalmente compor as nominatas com 30% de mulheres. Sem um amplo fortalecimento das condições para viabilização jurídica e sustentação financeira e logística de suas candidaturas, uma parte considerável das mulheres continuará cumprindo um papel de figurante nas campanhas eleitorais. Uma possibilidade resolutiva seria tornar a cota de 30%, a qual é atualmente limitada à nominata de candidaturas, em cota mínima de participação de mulheres nos parlamentos brasileiros.

Salvo mudanças normativas, a influência exercida pelas variáveis incumbência e ocupação especializada indicam que a redução, ou superação, da sub-representação política das mulheres pode depender de táticas de recrutamento, formação política e de mudanças estruturais de longo prazo. Dado que a votação é, parcialmente, dependente da receita e que a receita é, parcialmente, dependente de ocupação especializada, logo, haveria mais mulheres bem votadas e eleitas se a maioria das candidatas tivesse ocupação especializada. Adicionalmente, essas mulheres eleitas seriam incumbentes na próxima eleição e, pelo nosso modelo, elas ampliariam em até seis vezes suas chances de sucesso eleitoral. Portanto, hipoteticamente, recrutar mulheres que exerçam ocupação especializada geraria um ciclo de ampliação da participação de mulheres nos parlamentos municipais. Todavia, a realização desse ciclo hipotético geraria outro problema de elitização da representatividade, pois ocupação especializada e renda elevada guardam simetria entre si. Logo, o caminho mais ajustado parece ser o de tornar a vida político-partidária atraente e eleitoralmente vantajosa para todas as mulheres.

Referências

ARVATE, Paulo; FIRPO, Sergio; PIERI, Renan. Can women's performance in elections determine the engagement of adolescent girls in politics? **European Journal of Political Economy**, v. 70, p. 102045, 2021.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 149-157, 2011.

BAPTISTA CHIMIN JUNIOR, Alides.; JUNCKES, Ivan Jairo. O Empoderamento das Mulheres nos Territórios da Cidadania e as Eleições de 2008 e 2012. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2017.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, 2009.

BUENO, Adriana A. Mota; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CLEMENTE, Augusto Junior. Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 35-59, 2020.

CALHEIROS, Iara Loureto; BRASIL, Silvio Fernando de Carvalho; IGNÁCIO, Rozane Pereira. A fraude de cota de gênero nas eleições brasileiras. **Zenodo**, v. 2, n. 6, p. 1-10, 2020.

CARLOMAGNO, Márcio. Como o candidato alcança seu eleitor? Mensurando estratégias eleitorais por meio dos gastos de campanha nas eleições 2012. **Revista Teoria e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 159-192, 2015.

CASTRO, Leonardo Aires de. **Representação política de mulheres na Câmara Federal: processo representativo, instituições e populismo de direita**. 2022. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

CERVI, Emerson Urizzi; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo. Redes de doadores e financiamento político em 2014: distinguindo doações para candidatos, partidos e comitês financeiros nas eleições presidenciais brasileiras. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 18, n. 18, p. 80-100, 2015.

DANCY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para Psicologia: usando spss para Windows**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESCHAMPS, Jacques Paul; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 736-756, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SEAS, Secretaria Especial de Articulação Social. **Objetivo 5 - Igualdade de Gênero**, 2020.

Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo

JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino; SILVA, Edson Armando; BAPTISTA CHIMIN JUNIOR, Alides. Poder e democracia: uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, p. 1-22, 2019.

JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, Leandro Batista. Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: A dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 1, p. 25-47, 2015.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, 2020.

MANCUSO, Wagner Pralon, HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi, CAMARGO, Neilor Fermino. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 9-36, 2018

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002-2010): determinantes e consequências. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 103-125, 2015.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 105-138, 2006.

MARTINS, João Batista. **O dinheiro nas eleições de 2008, 2012 e 2016: quanto maior o município maior a influência**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável), Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 3, n. 18, p. 653-679, 2010.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: Editora Ufpr, 2016.

PRANDI, José Reginaldo. A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos. **Revista de Antropologia**, v.24, n.1, p.109-121, 2016.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. *In: Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo, ABCP, 2012. p. 417-452.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio

de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 88, p. 1-25, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 23, p. 1-36, 2017.

SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; SILVA, Joseli Maria. Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, v. 8, n. 1, p. 251–272, 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 53-90, 2016.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 1, p. 34–57, 2014.

UN WOMEN, Women in politics 2022 – Brazil – Chamber of Deputies. **Inter-Parliamentary Union**, 2022.

UNIT, The Economist Intelligence. **Democracy Index 2021: the China challenge**, 2021.

Contribuição de Autoria / Contribución de Autoría

Dawana Ferreira Cordova: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação).

Ivan Jairo Junckes: Conceitualização, Análise formal, Aquisição de financiamento, Metodologia, Supervisão, Visualização, Redação - revisão e edição.

Emerson Joucoski: Metodologia, Programas, Supervisão, Redação - revisão e edição.

Rodrigo Rossi Horochovski: Validação, Redação - revisão e edição.

Neilor Fermino Camargo: Curadoria de dados, Redação - revisão e edição.

Recebido em 27 de outubro de 2022.

Aceito em 04 de maio de 2023.

Dawana Ferreira Cordova, Ivan Jairo Junckes, Emerson Joucoski, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo